

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



Poder
Judiciário





CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro João Otávio de Noronha
Conselheiros: Ministro Lélcio Bentes Corrêa
Carlos Augusto de Barros Levenhagen
Bruno Ronchetti de Castro
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Gustavo Tadeu Alkmin
Carlos Eduardo Oliveira Dias
Rogério José Bento Soares do Nascimento
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
Luiz Cláudio Silva Allemand
José Norberto Lopes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Júlio Ferreira de Andrade
Diretor-Geral: Amarildo Vieira de Oliveira

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social
Secretária de Comunicação Social Luiz Cláudio Cunha
Projeto gráfico Eron Castro
Revisão Carmem Menezes

2017

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
FUNDAMENTAÇÃO	8
OBJETIVOS	11
Objetivo Geral	12
Objetivos Específicos	13
PÚBLICO-ALVO	14
RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO GESTORA DO PLS/CNJ	16
INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS	18
METODOLOGIA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)	20
Etapa 1 – Preparativos iniciais para elaboração do PLS/CNJ	23
Etapa 2 – Elaboração do Plano de Logística Sustentável PLS/CNJ	24
Etapa 3 – Implantação do Plano de Logística Sustentável PLS/CNJ	26
Etapa 4 – Monitoramento e Avaliação do PLS/CNJ	27

INDICADORES, METAS E AÇÕES	28
Papel	30
Copos descartáveis e água envasada	34
Impressão de Documentos	41
Telefonia	47
Gestão de Resíduos	51
Limpeza	55
Vigilância	59
Veículos	63
Combustível	67
Qualidade de Vida no Trabalho	71
Capacitação Socioambiental	75
Energia Elétrica	79
Água e Esgoto	83
Reformas e <i>Layout</i>	87

ANEXO I	91
Inventário de Bens e Materiais / Conselho Nacional de Justiça	

APRESENTAÇÃO

A responsabilidade do Poder Público e da coletividade na defesa e preservação de um meio ambiente equilibrado e saudável ao alcance de todos foi instituída pela Carta Magna, em seu artigo 225. Nesse sentido, cabe, entre outras ações protetivas, o dever de planejar, ordenar e atuar em projetos de manejos, educação ambiental, equilíbrio da relação entre produção e consumo, para que os bens ambientais sejam sustentáveis e não pereçam para as gerações futuras.

O Conselho Nacional de Justiça desde 2007 vem desenvolvendo iniciativas para a promoção de responsabilidade social e ambiental no âmbito do Poder Judiciário, tais como a criação da Rede Socioambiental do CNJ, o levantamento de dados, pesquisas, consultas e o monitoramento de ações socioambientais promovidas por órgãos do Poder Judiciário, além de campanhas de sensibilização e fóruns de diálogos direcionados à temática.

Além das ações mencionadas, o CNJ instituiu os seguintes atos normativos para os órgãos do Judiciário:

- a) Recomendação n. 11, de 22 de maio de 2007, para que adotem políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente, bem como instituem comissões ambientais para o planejamento, a elaboração e o acompanhamento de me-

das, com fixação de metas anuais, para a correta preservação e recuperação do meio ambiente;

- b) Recomendação n. 27, de 16 de dezembro de 2009, para que adotem medidas visando à remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas dependências em pleno exercício dos direitos da cidadania;
- c) Resolução n. 114, de 20 de abril de 2010, para que instituem o planejamento, a execução e o monitoramento de obras do Poder Judiciário com critérios de sustentabilidade; e
- d) Resolução CNJ n. 201, de 3 de março de 2015, para que criem competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantem o respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS).

Destaca-se que um dos valores da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2015-2020) previsto na Resolução CNJ n. 198, de 1º de julho de 2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, refere-se à prática da responsabilidade socioambiental em consonância com os princípios gerais de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental da atuação do CNJ. A Estratégia Nacional também estabeleceu como um dos Macrodesafios para o Poder Judiciário

a Garantia dos Direitos de Cidadania, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e o uso de tecnologia limpa. Em alinhamento com a Estratégia Nacional, o CNJ também estabeleceu a Responsabilidade Socioambiental como um dos valores do seu Plano Estratégico para o mesmo período, conforme consta na Portaria n. 167 de 15 de setembro de 2015. Esse normativo apresenta como um dos objetivos estratégicos “fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos e redução do passivo ambiental”, o que demonstra a relevância da questão socioambiental no âmbito do Conselho.

Como desdobramento desse objetivo, foi criado o indicador “Índice de implementação do Plano de Logística Sustentável e de execução de suas ações”, que mede o percentual de implementação dos indicadores previstos no PLS 2015-2020; o indicador “Índice geral de racionalização de recursos”, que mede o percentual de racionalização no consumo de recursos (água, energia, combustível, materiais de insumo e telefonia fixa) e tam-

bém o “Indicador sintético de iniciativas relacionadas à saúde e à qualidade de vida no trabalho”.

Ainda em cumprimento à supracitada Resolução n. 201/2015, a Comissão Gestora de Logística Sustentável, nomeada pela Portaria CNJ n. 60, de 30 de maio de 2016, vem apresentar o Plano de Logística Sustentável no âmbito do CNJ (PLS/CNJ). Este Plano é uma ferramenta norteadora para o planejamento e a definição de responsabilidades e promoção de ações, metas, indicadores, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de práticas de sustentabilidade e racionalização dos bens e recursos do CNJ.

O grande desafio, neste momento, é instituir a mudança organizacional, com adoção de práticas de responsabilidade socioambiental, estabelecendo novos rumos e paradigmas para o consumo consciente e sustentável em benefício de todos.

FUNDAMENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável, no âmbito da Administração Pública, é disciplinado por atos normativos dos quais citamos:

NORMA	TEOR
Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Art. 3º da Lei n. 8.666/1993	A licitação destina-se a garantir [...] a promoção do desenvolvimento nacional sustentável [...]
Lei n. 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), e dá outras providências.
Lei n. 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e dá outras providências.
Lei n. 13.186/2015	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
Decreto Legislativo n. 144, de 2002	Aprova o texto do Protocolo de Quioto à Convenção –Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, que definiu metas de redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo.
Agenda 21	Programa de ação, assinado por 179 países, inclusive o Brasil, na Conferência das Nações Unidas, sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio 92, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”.
Processo de Marrakesh	Processo resultante da reunião realizada em Marrocos, ao qual o Brasil aderiu, concebido para dar aplicabilidade e expressão concreta ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS).
Acordo de Paris	Acordo aprovado por 195 países na 21ª Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Clima (UNFCC), no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2º C acima dos níveis pré-industriais.

NORMA	TEOR
Acórdão TCU n. 1752/2011	Recomendações para adoção de medidas para o aumento de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais, em especial energia elétrica, água e papel.
Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020 (Anexo da Resolução CNJ n. 198, de 1º de julho de 2014)	Institui a responsabilidade socioambiental como um atributo de valor para a sociedade.
Resolução CNJ n. 201, de 3 de março de 2015.	Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).
Recomendação CNJ n. 11, de 22 de maio de 2007.	Recomenda aos Tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988, que adotem políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente. Recomenda ainda que instituem comissões ambientais para o planejamento, a elaboração e o acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente.
Recomendação CNJ n. 27, de 16 de dezembro de 2009.	Recomenda aos Tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988 que adotem medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas dependências, aos serviços que prestam e às respectivas carreiras, para a conscientização de servidores e jurisdicionados sobre a importância da acessibilidade como garantia ao pleno exercício de direitos. Recomenda ainda que instituem comissões de acessibilidade visando ao planejamento, à elaboração e ao acompanhamento de projetos e metas direcionados à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência.
Plano Estratégico do CNJ 2015-2020 (instituído pela Portaria CNJ n. 167, de 15 de dezembro de 2015)	Define a responsabilidade socioambiental como um valor do CNJ.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- » Implantar no CNJ um modelo de gestão socioambiental que vise à sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Objetivos Específicos

- » Instituir boas práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade dos recursos e serviços que visem melhor eficiência do gasto público e da gestão de processos de trabalho do CNJ;
- » Sensibilizar e promover capacitação do corpo funcional, força de trabalho e público externo, quando necessário, acerca da importância do consumo consciente, redução de custos, combate a desperdícios, economia e eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- » Investir em melhorias na infraestrutura e nas instalações do órgão, a fim de aumentar o aproveitamento dos recursos naturais e bens públicos;
- » Reduzir o impacto negativo decorrente das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados;
- » Promover parcerias com instituições responsáveis pela adequada gestão da coleta e tratamento de resíduos sólidos, com estímulo a sua redução, ao reúso e à reciclagem de materiais, e à inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos;
- » Realizar a revisão dos padrões de produção, contratação e consumo para adoção de novos referenciais de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- » Promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste PLS/CNJ são os magistrados, os servidores, os estagiários e os trabalhadores terceirizados do CNJ de forma direta, e indiretamente os tribunais, a comunidade local, além de forma ampla, toda a sociedade.

**RESPONSABILIDADES
DA COMISSÃO
GESTORA DO
PLS/CNJ**

A Comissão Gestora do PLS do Poder Judiciário, no âmbito do CNJ, foi instituída pela Portaria CNJ n. 60 de 30 de maio de 2016. É responsabilidade da comissão a elaboração, bem como o acompanhamento da execução das ações e a avaliação dos resultados, com vistas às revisões que se fizerem necessárias do PLS/CNJ, com o apoio das unidades responsáveis.

Ressalta-se que os indicadores, as metas e as ações foram elaborados com o auxílio técnico do Departamento de Gestão Estratégica (DGE), com base nos dados do diagnóstico, da série histórica do consumo e dos gastos referentes aos anos de 2014/2015/2016.

A Comissão é composta por representantes das seguintes unidades do CNJ: Departamento de Gestão Estratégica; Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ); Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP); Secretaria de Comunicação Social (SCS); Comissão Permanente de Licitação (CPL); Secretaria de Administração (SAD), Seção de Arquivo; Seção de Elaboração de Editais; Seção de Material e Patrimônio; e Seção de Serviços Gerais).

INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS

Para definir os bens e materiais passíveis de critérios de sustentabilidade, faz-se necessário gerar um inventário, processo pelo qual é feito o levantamento e o arrolamento dos itens. O produto desse inventário subsidiará o monitoramento da utilização dos bens e materiais em seus diversos aspectos transversais à sustentabilidade, possibilitando a tomada de decisão das futuras aquisições e contratações dos bens e serviços do CNJ.

O inventário de bens e materiais de consumo do CNJ consta no Anexo I.

METODOLOGIA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

Em virtude da complexidade e da amplitude das ações abrangidas pelo PLS, a Comissão Gestora foi composta por representantes de diferentes unidades do CNJ a fim de facilitar a coleta de dados e de envolver, de maneira sistêmica, as áreas que poderiam contribuir de forma efetiva e que serão mais impactadas pelo plano.

O ponto de partida dos trabalhos da Comissão Gestora foi a realização de pesquisas sobre normativos pertinentes à temática e análise de planos de logística sustentável tanto no âmbito do judiciário como do executivo.

Para elaboração da minuta do plano, foram realizadas reuniões de trabalho da Comissão com o propósito de definição de responsabilidades, estrutura do plano, levantamento de informações de consumo, definição de indicadores, metas e planos de ação, bem como realização de curso de sensibilização dos integrantes da comissão.

Além das reuniões no âmbito da Comissão também foram promovidas reuniões com representantes de outros órgãos e visita técnica.

A metodologia adotada pelo CNJ para elaboração do PLS/CNJ foi composta de quatro etapas conforme figura a seguir:

COMPREENDENDO A METODOLOGIA



Etapa 1 – Preparativos iniciais para elaboração do PLS/CNJ

1. Instituição da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS)

Em 30 de maio de 2016, foi publicada a Portaria CNJ n. 60 que instituiu a Comissão gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ) no âmbito do CNJ, cujas atribuições são: elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS-PJ.

O normativo também especificou que a Comissão é responsável pela avaliação periódica dos resultados alcançados pelo plano.

2. Sensibilização da Comissão Gestora

Publicada a Portaria CNJ n. 60 e formada a Comissão, foi realizada reunião para organização geral dos trabalhos, abrangendo a definição de papéis e responsabilidades dos componentes, análise do tema no âmbito do CNJ e do Poder Judiciário, apresentação de legislação pertinente, elaboração da estrutura inicial do PLS-PJ e também sugestão para cronograma relativo à fase de elaboração do plano.

3. Pesquisas e ações de desenvolvimento

Com o intuito de promover a troca de experiências com outros órgãos do Poder Judiciário e dos demais Poderes e de conhecer as melhores práticas e metodologias de elaboração de PLS/CNJ, promoveu-se a participação dos integrantes da Comissão Gestora em Fóruns, Seminários, oficinas e visitas técnicas relacionados à temática. Também foram pesquisados atos normativos pertinentes à atuação pública ao tema.

Etapa 2 – Elaboração do Plano de Logística Sustentável PLS/CNJ

1. Definição da estrutura do Plano de Logística Sustentável PLS/CNJ

A Resolução CNJ n. 201/2015, com seu anexo, foi a principal fonte norteadora para a elaboração do PLS do CNJ. Nesse normativo, foram estabelecidos os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico, bem como a estrutura mínima do documento, a saber:

- a) Relatório consolidado do inventário de bens e materiais do órgão, com a identificação dos itens nos quais serão inseridos critérios de sustentabilidade quando de sua aquisição;
- b) Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços;
- c) Responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados;
- d) Ações de divulgação, sensibilização e capacitação;

Outra exigência da norma é que, para cada tema previsto no plano, devem ser criados planos de ação com os seguintes tópicos:

- a) Objetivo do plano de ação;
- b) Detalhamento de implementação das ações;

- c) Unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação e respectivos responsáveis;
- d) Metas a serem alcançadas para cada ação;
- e) Cronograma de implementação das ações;
- f) Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

2. Diagnóstico

O diagnóstico consistiu na coleta de informações referentes ao consumo e aos gastos dos eixos temáticos previstos na Resolução n. 201/2015. Foi solicitado que cada unidade gestora apresentasse os dados históricos de 2014, 2015 e 2016 para ancorar o trabalho de elaboração das metas e dos planos de ações.

Nessa fase, também foi solicitado o levantamento do inventário de bens e materiais.

Na análise do diagnóstico, os dados fornecidos pelas áreas gestoras foram organizados por eixos temáticos para compor as séries históricas. O estudo dessas séries conjugado com outras informações sobre tendências e características de cada área subsidiou a proposição de indicadores, metas e planos de ação.

3. Definição de indicadores, metas e planos de ações

Para cada eixo temático, foram sugeridos indicadores, metas e planos de ação, observando aspectos relativos à economicidade, ao ciclo de vida sustentável que agrega valor aos bens e serviços do CNJ, aos requisitos de mitigação do dano ambiental, eficiência e transparência. Foram considerados também aspectos como viabilidade e o cenário atual e futuro do CNJ para a implementação de cada ação.

Por fim, foram definidos os seguintes tópicos: a) objetivo; b) detalhamento de implementação das ações; c) unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação; d) metas; e) previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros; f) cronograma de implementação das ações; e g) critérios de aferição dos resultados.

A proposta resultante dessa fase foi elaborada pela Comissão com o apoio técnico do DGE e a participação dos representantes das áreas envolvidas.

4. Validação de indicadores, metas e ações com as unidades responsáveis

Uma vez elaborada a proposta contendo os indicadores, metas e planos de ação (produto da fase anterior), o documento foi enviado para análise e validação final das áreas responsáveis. Cada área apresentou sua proposta de ajustes contendo inclusões, alterações ou exclusões de itens. Em alguns casos, foram necessárias reuniões com os gestores, a fim de esclarecer os percentuais das metas e as ações propostas.

As alterações apresentadas foram compiladas pela Comissão e compuseram a versão final do PLS/CNJ encaminhada para aprovação da alta administração do Conselho.

5. Aprovação do Plano de Logística Sustentável PLS/CNJ

É recomendado pela Resolução CNJ n. 201 que o PLS seja aprovado pela alta administração do órgão. No CNJ, o plano foi aprovado pela Presidência.

Etapa 3 – Implantação do Plano de Logística Sustentável PLS/CNJ

1. Execução dos Planos de Ação

A implantação do PLS/CNJ consiste em processos que visam a conscientização, ações, fomento e aperfeiçoamento de práticas de sustentabilidade socioambiental. A execução dos planos de ação ocorrerá em cumprimento ao cronograma previsto nos planos de ação de cada eixo temático.

Entre as principais ações previstas para a implementação do plano, constam:

- a) Sensibilização e capacitação dos servidores em Responsabilidade Socioambiental;
- b) Adequação da Infraestrutura;
- c) Realização de parcerias com instituições públicas e privadas para execução do plano;
- d) Realização de processos licitatórios e implementação de contratações sustentáveis;
- e) Implementação de ferramentas de gestão do Plano;
- f) Monitoramento, controle e correção das ações;
- g) Realização da Logística Sustentável.

Etapa 4 – Monitoramento e Avaliação do PLS/CNJ

1. Monitoramento de indicadores, metas e ações

O monitoramento das ações do PLS/CNJ será semelhante ao acompanhamento do Planejamento Estratégico do CNJ. As medições de indicadores, metas e ações serão realizadas mensalmente ou anualmente, conforme a periodicidade estabelecida pelo Glossário (Anexo I da Resolução CNJ n. 201/2015).

Os gestores das áreas são responsáveis pelo fornecimento das informações relativas aos resultados das medições à Comissão Gestora do PLS/CNJ.

2. Reuniões de análise e avaliação do PLS/CNJ com as unidades gestoras

O plano será avaliado pela Comissão Gestora do PLS, com o apoio das unidades gestoras. A revisão de indicadores, metas e ações será realizada preferencialmente com periodicidade anual, a fim de analisar e ajustar eventuais percentuais e realizar medidas de correções nas ações.

Esse processo de avaliação é imprescindível para o acompanhamento dos objetivos e metas previstos no plano, pois possibilitará a identificação de eventuais falhas, a necessidade de revisão das estratégias, a racionalização de recursos públicos e, conseqüentemente, o redirecionamento de ações, quando necessário. Desse modo, as reuniões com os gestores responsáveis e informações prestadas auxiliarão a análise do progresso das ações, o cumprimento das metas e a efetividade das práticas sustentáveis no órgão, com revisão de prazos, etapas, responsáveis, percentuais, entre outros aspectos que se fizerem necessários.

3. Ampla divulgação dos resultados

Os resultados das ações socioambientais realizadas serão divulgados na internet e intranet, a fim de promover a ampla divulgação sobre os desempenhos alcançados, sensibilização quanto ao consumo consciente dos recursos públicos, oferecendo o máximo de transparência às suas ações. Serão elaborados relatórios e gráficos de desempenho dos indicadores, demonstrando, sempre que possível a evolução da linha de base.

INDICADORES, METAS E AÇÕES

Os indicadores, metas e ações foram organizados em quadro próprio por eixo temático, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das informações reunidas.

Papel

Objetivo

Racionalizar o consumo e os gastos de papel do CNJ

Série Histórica até 1º semestre/2016

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2014	2015	2016
Papel				
CPNRP – Consumo de papel não reciclado próprio	RM	2.461	2.153	1.156
CPRP – Consumo de papel reciclado próprio	RM	170	144	74
CPNRC – Consumo de papel não reciclado contratado	RM	0	0	0
CPRC – Consumo de papel reciclado contratado	RM	0	0	0
GPNRP – Gasto com papel não reciclado próprio	R\$	R\$ 20.400,80	R\$ 19.007,95	R\$ 10.778,74
GPRP – Gasto com papel reciclado próprio	R\$	R\$ 1.392,38	R\$ 1.332,09	R\$ 724,07

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
01	Índice de racionalização de consumo de papel	Reduzir o consumo de papel reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 10% ao ano					SAD/Almoxarifado	MENSAL
		-	10%	10%	10%	10%		
Fórmula		$(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total no ano anterior})) * 100$ <i>Consumo Total = Σ Consumo de papel reciclado e papel não reciclado</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de papel reciclado e não reciclado.								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
02	Índice de racionalização de gastos com papel	Reduzir os gastos com papel reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 10% ao ano					SAD/Almoxarifado	MENSAL
		-	10%	10%	10%	10%		
Fórmula		$(1 - (\text{gasto total no ano corrente} / \text{gasto total no ano anterior})) * 100$ <i>Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com papel reciclado e não reciclado</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização dos gastos com papel reciclado e não reciclado.								

Ações

PAPEL					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Implantar novos procedimentos para fornecimento de papel	DG/SAD/ Almoxarifado/ Comunicação	Em execução	Realizar o levantamento da demanda de cada unidade solicitante, referente ao período de janeiro a dezembro de 2016; estipular uma média mensal de consumo por unidade; Reduzir essa média em 10% (ou mais, se for o caso), visando ao atingimento da meta; Verificar com a unidade se o novo quantitativo mensal atenderá as suas demandas; acompanhar e (quando necessário) limitar as solicitações.	Sem custos
2	Configurar as impressoras para padrão de impressão em frente e verso	DTI	Em execução	Ajustar a configuração de todas as impressoras do CNJ para impressão frente e verso. Divulgar na intranet.	Sem custos
3	Implementar sistema de controle de impressão por usuário	DTI	Em execução	Instalar sistema de controle de utilização por usuário (se não tiver o produto tem de prever a aquisição)	Sem custos
4	Reaproveitar material impresso em apenas um lado para impressão de rascunhos, confecção de blocos de rascunho e anotação	Todas as unidades	A ser executado	Providenciar e distribuir caixas de coleta de papéis para confecção de rascunhos. Coletar papéis impressos de apenas um lado; Confeccionar blocos de rascunho; distribuir para os servidores (Fazer campanha para conscientização do uso do papel)	Sem custos

Copos descartáveis e água envasada

Objetivo

Racionalizar o uso de copos descartáveis e água envasada no CNJ

Série Histórica de copos descartáveis até 1º semestre/2016

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2014	2015	2016
Copos descartáveis				
CCA – Consumo de copos descartáveis para água	Un	454.100	536.500	307.000
CCC – Consumo de copos descartáveis para café	Un	30.000	50.000	35.000
GCA – Gasto com copos descartáveis para água	R\$	R\$ 9.332,50	R\$ 11.261,98	R\$ 5,533,42
GCC – Gasto com copos descartáveis para café	R\$	R\$ 250,68	R\$ 452,51	R\$ 331,59

Indicadores de copos descartáveis

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
03	Índice de racionalização de consumo com copos descartáveis de água e café	Reduzir o consumo de copos descartáveis de água e de café em 5% ao ano					Serviços Gerais	ANUAL
		-	5%	5%	5%	5%		
Fórmula		$(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total no ano anterior})) * 100$ <i>Consumo Total = Σ Consumo de copo descartável de água e de café</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo com copo descartável de água e café.								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
04	Índice de racionalização de gastos com copos descartáveis de água e café	Reduzir o gasto com copos descartáveis de água e de café em 5% ao ano					Serviços Gerais	ANUAL
		-	5%	5%	5%	5%		
Fórmula		$(1 - (\text{gasto total do ano corrente} / \text{gasto total do ano anterior})) * 100$ <i>Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com copo descartável de água e de café</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização dos gastos com copo descartável de água e de café.								

Ações

DESCARTÁVEIS (CAFÉ E ÁGUA)					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Incentivar o uso de recipientes não descartáveis para o consumo de água e café	Serviços Gerais /SCS	Em execução	Promover campanha de sensibilização para o uso de recipiente próprio para o consumo de água e café, redução de consumo de água engarrafada; reduzir a distribuição de garrafas de água.	Sem custos
2	Mapear os locais com maior consumo de copos descartáveis de água e café	Serviços Gerais	Em execução	Realizar levantamento para identificar ações de intervenção e redução do consumo de copos descartáveis de água e café	Sem custos
3	Retirar os copos descartáveis das salas que possuem purificador de água	Serviços Gerais	Em execução	Restringir os copos descartáveis somente a visitantes.	Sem custos

Série Histórica de água envasada até 1º semestre/2016

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2014	2015	2016
Água envasada em embalagem plástica				
CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Un	35.520	49.140	28.080
CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Un	5.680	6.193	3.671
GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$	R\$ 18.381,50	R\$ 27.555,15	R\$ 15.053,40
4.4. GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$	R\$ 33.000,80	R\$ 30.681,04	R\$ 22.503,23

Indicadores de água envasada

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
05	Índice de racionalização de consumo de água envasada	Reduzir o consumo de água envasada em 10% ao ano					Serviços Gerais	ANUAL
		-	10%	10%	10%	10%		
Fórmula		$(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano anterior})) * 100$ <i>Consumo Total = Σ Consumo de água em embalagens retornáveis e embalagens descartáveis</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de água envasada (embalagens retornáveis e descartáveis).								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
06	Índice de racionalização de gastos de água envasada	Reduzir os gastos de água envasada em 10% ao ano					Serviços Gerais	ANUAL
		-	10%	10%	10%	10%		
Fórmula		$(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano anterior})) * 100$ <i>Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com água envasada (retornável e descartáveis)</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de gastos com água envasada (retornáveis e descartáveis).								

Ações

ÁGUA ENVASADA E GARRAFAS DE ÁGUA					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Promover a troca de bebedouros com garrafões por filtros de parede.	Serviços Gerais	Executado	Identificar os pontos de trocas e realizar a troca.	Purificadores de água
2	Realizar mapeamento de consumo das garrafas de água com gás e sem gás	Serviços gerais	Em execução	Registrar o levantamento do consumo por área das garrafas de água com gás e sem gás.	Sem custos
3	Sensibilizar os servidores para o consumo consciente de garrafas de água com gás e sem gás	SCS	A ser executado	Divulgar o consumo de garrafas de água com gás e sem gás por unidade; Sensibilizar os servidores sobre os custos e o consumo consciente da água envasada	Sem custos

Impressão de Documentos

Objetivo

Racionalizar os recursos destinados ao processo de impressão

Série Histórica até 1º semestre/2016

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2014	2015	2016
Impressão				
GAS – Gasto com 'aquisições de suprimentos	R\$	122.075,37	144.565,27	88.177,46
QI – Quantidade de impressões	Impressões	Não existe série histórica	Não existe série histórica	Não existe série histórica
QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	Equipamentos	254	254	255
GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$	101.510,00	00,00	6.900,26
GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
07	Índice de racionalização de gasto com suprimentos de impressora	Reduzir os gastos com suprimento de impressora em 5% ao ano					Almoxarifado	ANUAL
		-	5%	5%	5%	5%		
Fórmula		$\left(1 - \frac{\text{Gasto Total do ano corrente}}{\text{Gasto Total do ano anterior}}\right) * 100$ Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com suprimentos de impressora						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de gasto com suprimentos de impressora.								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
08	Total de Equipamentos de impressão em uso	Reduzir a quantidade de equipamentos de impressão em 5% ao ano					DTI	ANUAL
		165	157	150	143	136		
Fórmula		(Número total de impressoras) – 5%						
Descrição do indicador: mede o número de impressoras em uso no CNJ. Foi considerado o arredondamento para cima								
Obs.: Apesar de o CNJ possuir em seu patrimônio 255 equipamentos de impressão, estão em uso apenas 165. Os demais equipamentos estão parados por obsolescência e/ou inoperância (defeito técnico).								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
09	Índice de racionalização de quantidade de impressões	Reduzir a quantidade de impressão de 5% ao ano					DTI	ANUAL
		-	5%	5%	5%	5%		
Fórmula		$QT = (Quantidade\ de\ impressões\ do\ ano\ corrente / Quantidade\ de\ impressões\ no\ ano\ anterior) * 100$ Quantidade Total (QT) = Σ quantidade total tem que ser inferior a 95						
<p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização da quantidade total de páginas impressas realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão e reprografia.</p>								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
10	Índice de racionalização de gasto com aquisição de impressoras	Adquirir equipamentos de impressão não ultrapassando o valor de R\$ 568.013,36 até 2020					DTI	ANUAL
		-	568.013,36	0,00	0,00	0,00		
Fórmula		$Gasto\ Total = \Sigma\ despesas\ em\ reais\ (R\$)\ aquisição\ de\ impressora$						
<p>Descrição do indicador: mede a despesa total com aquisição de equipamentos de impressão. Considera-se evento gerador a data da aquisição. Obs.: Havendo a compra em 2017, serão considerados os equipamentos de impressão atualmente em uso no CNJ, ou seja, ao total são 165, sendo 63 impressoras (A4) coloridas, 2 impressoras A3 coloridas e 100 impressoras (A4) monocromática. Caso seja implantado o serviço de <i>outsourcing</i> de impressão, essa meta deverá ser desconsiderada.</p>								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
11	Índice da performance dos equipamentos instalados	Melhorar a performance dos equipamentos instalados					DTI	ANUAL
		-	2% ciclo mensal	4% ciclo mensal	6% ciclo mensal	8% ciclo mensal		
Fórmula		(Quantidade de páginas impressas/Ciclo Mensal do equipamento) Quantidade Total (QT) = Σ média de impressão de folhas por ciclo mensal do equipamento Obs.: A Quantidade Total (QT) deve ser estimada para cada equipamento						
Descrição do indicador:		mede a quantidade de impressões em relação ao ciclo mensal do equipamento instalado.						

Ações

IMPRESSÃO					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Otimizar o acompanhamento da aquisição de suprimento de impressão (toner, cartuchos, outros) por unidade	Almoxarifado / DTI	Executado	Instalar sistema de controle de aquisição de consumíveis por unidade	Sem custos
2	Adequar o parque de impressão (ilhas de impressão)	DTI	Em execução	Fazer levantamento da utilização das impressoras nas unidades; Recolher equipamentos subutilizados; Fazer estudo para implantar as ilhas de impressão; fazer levantamento do parque de impressoras coloridas; Verificar demanda; e Apresentar estudo.	Sem custos
3	Definir critério de obsolescência	DTI	A ser executado	Normalizar os critérios.	Sem custos
4	Implantação do <i>outsourcing</i> de impressão	DTI	Em execução	Elaborar estudo sobre viabilidade de contrato de <i>outsourcing</i> de impressão; Fazer levantamento de preços em empresas fornecedoras e tribunais; Realizar análise comparativa; e Apresentar projeto, realizar licitação e contratar.	Em fase de estudo
5	Implementar sistema de controle de impressão por usuário	DTI	Em execução	Adquirir o <i>software</i> ; e Estabelecer a área que fará o monitoramento	Em fase de estudo
6	Adotar medidas para economia de impressão	DTI	Em execução	Planejar intervenções; Fazer alteração das impressoras para modo de Impressão "frente e verso"; E instalar a fonte econômica nos computadores "Century Gothic".	Sem custos

Telefonia

Objetivo

Reduzir os gastos anuais com telefonia fixa e móvel

Série Histórica até 1º semestre/2016

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2014	2015	2016
Telefonia				
GTF – Gasto com telefonia fixa	R\$	R\$ 112.843,76	R\$ 122.302,80	R\$ 53.200,14
LTF – Linhas Telefônicas Fixas	Linhas	711	631	631
GTM – Gasto com telefonia móvel	R\$	R\$ 117.058,02	R\$ 92.953,82	R\$ 34.148,85
LTM – Linhas Telefônicas Móveis	Linhas	60	60	60

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
12	Índice de racionalização de gastos com telefonia fixa e móvel	Reduzir os gastos de telefonia fixa e móvel em 5% ao ano					Serviços Gerais	MENSAL
		-	5%	5%	5%	5%		
Fórmula		$(1 - (\text{Gasto Total do ano corrente} / \text{Gasto Total no ano anterior})) * 100$ ou $\text{Gasto Total} = \sum \text{despesas em reais (R\$) com telefonia fixa e móvel}$						
Descrição do indicador:		mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia fixa e móvel.						

Ações

TELEFONIA					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Estimular o uso de meios alternativos de comunicação	SCS	A ser executado	Dar continuidade à campanha de sensibilização para comunicação institucional por meio de ferramentas como "Spark", "WhatsApp" e outras existentes no CNJ	Sem custos
2	Revisar as especificações dos contratos de telefonia	Serviços Gerais	Em execução	Revisar os contratos com o objetivo de reduzir os encargos, taxas e planos de minutos para telefonia fixa e móvel; licitar; contratar; acompanhar os serviços; fazer levantamento da necessidade de ligações DDD, DDI, móvel nas unidades	Custos da licitação, publicação no DOU e jornal de grande circulação
3	Fazer levantamento da necessidade de ligações DDD, DDI, móvel nas unidades	Serviços Gerais	Em execução	Identificar as áreas que usam os serviços; fazer visitas investigativas; Elaborar parâmetros de utilização; aprovar parâmetros; divulgar; limitar acesso por meio de senha	Sem custos
4	Revisar limites na cota do uso de telefonia móvel	Serviços Gerais	A ser executado	Revisar a IN e os limites de gastos para servidores e conselheiros	Publicação no DOU
5	Reduzir o número de aparelhos celulares	Serviços Gerais	A ser executado	Devolver 5 aparelhos de celulares dos 60 existentes no CNJ	Sem custos

Gestão de Resíduos

Objetivo

Implantar a gestão de resíduos no CNJ

Série Histórica até 1º semestre/2016

9. GESTÃO DE RESÍDUOS	U.M.	2014	2015	2016
9.1. DPA – Destinação de papel	kg	Não há série histórica	Não há série histórica	Não há série histórica
9.2. DPL – Destinação de plásticos	kg	Não há série histórica	Não há série histórica	Não há série histórica
9.3. DVD – Destinação de vidros	kg	Não há série histórica	Não há série histórica	Não há série histórica
9.4. DSI – Destinação de suprimentos de impressão	Un	0	453	307
9.5. DPB – Destinação de pilhas e baterias	kg	Não há série histórica	Não há série histórica	Não há série histórica

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
13	Índice de destinação de resíduos sólidos	Destinar 40% dos resíduos sólidos coletados a cooperativas e associações até o ano de 2020					Serviços Gerais/ Almoxarifado	MENSAL
		-	10%	20%	30%	40%		
Fórmula	$(1 - (\text{Destinação Total} / \text{Destinação Total no ano anterior})) * 100$ $\text{Destinação Total} = \sum \text{destinação de resíduos de papel (kg) + vidros (kg) + baterias e pilhas (kg) + material de obras e reformas (kg) + plástico (kg)}$							
<p>Descrição do indicador: mede a quantidade de resíduos sólidos destinados às cooperativas e associações de reciclagem (papel, vidros, baterias e pilhas, material de obras e reformas, informática e plásticos).</p>								

Ações

GESTÃO DE RESÍDUOS					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Implantar coleta seletiva de resíduos sólidos nas dependências dos prédios do CNJ	Serviços Gerais	A ser executado	Elaborar termo de referência para contratação de empresa especializada em coleta seletiva, transporte e destinação adequada dos resíduos sólidos; prever a aquisição de materiais estruturantes para a implantação da coleta seletiva; instalar pontos de coleta; credenciar as cooperativas para realização de reciclagem	Lixeiras, caixas de coletas, contêineres
2	Treinar funcionários e monitorar o serviço de limpeza para a coleta de resíduos	Serviços Gerais	Em execução	Orientar e supervisionar o pessoal da limpeza quanto à separação e ao armazenamento de resíduos sólidos visando à Coleta Seletiva	Sem custos
3	Acompanhar o quantitativo de material destinado à coleta seletiva	Serviços Gerais	A ser executado	Monitorar a separação dos resíduos sólidos e mensurar o quantitativo de material destino à coleta seletiva	Sem custos
4	Receber os materiais de consumo que estão em desuso nas unidades solicitantes (bom estado ou danificados)	Almoxarifado	Em execução	Analisar e separar os materiais devolvidos; Incorporar ao estoque os materiais que poderão ser reutilizados; informar a Seção de Serviços Gerais as quantidades e os materiais que deverão ser descartados; Informar a Secretaria de Administração as quantidades e os materiais que poderão ser doados; acompanhar a incorporação, descarte ou doação até a conclusão e manter registro desses procedimentos.	Sem custos

Limpeza

Objetivo

Racionalizar os gastos com serviços e material de limpeza

Série histórica até 2016

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2014	2015	2016
Limpeza				
GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base	R\$	R\$ 672.059,43	R\$ 1.134.768,91	R\$ 1.476.450,12
Cont – Área contratada	m ²	Dados não informados	56,79	57,07
GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência	R\$	R\$ 672.059,43	R\$ 1.134.768,91	R\$ 1.476.450,12
GML – Gasto com material de limpeza	R\$	R\$ 79.044,44	R\$ 99.961,96	R\$ 99.961,96

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
14	Índice de racionalização de gastos com serviços e material de limpeza	Limitar a expansão dos gastos em 10% ao ano					Serviços Gerais	ANUAL
		-	10%	10%	10%	10%		
Fórmula		$(1 - (\text{Gasto Total do ano corrente} / \text{Gasto Total no ano anterior})) * 100$ $\text{Gasto Total} = \sum \text{despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza + material de limpeza}$						
Descrição do indicador:		mede o percentual de gastos com serviços e material de limpeza.						

Ações

LIMPEZA					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Revisar contratos de prestação de serviços de limpeza	Serviços Gerais	A ser executado	Revisar as cláusulas do contrato considerando o m ² contratado; incluir itens de sustentabilidade no termo de referência para contratação da prestação de serviços; Adequar nos procedimentos de limpeza à questão da sustentabilidade; Acompanhar os serviços prestados.	Sem custos
2	Adequar os procedimentos de limpeza à questão da sustentabilidade	Serviços Gerais	Em execução	Identificar os produtos de limpeza mais adequados e econômicos que visam à sustentabilidade; Realizar pesquisa de mercado; licitar; Capacitar funcionários para a utilização adequada do material de limpeza.	Produtos de limpeza apropriado
3	Realizar acordo de cooperação com órgão público para capacitar os terceirizados no uso de material de limpeza	Serviços Gerais	A ser executado	Levantar quais órgãos públicos realizam capacitação de terceirizados para questão socioambiental; Pactuar termo de parceria; solicitar cursos de capacitação; Realizar os cursos; avaliar os resultados	Salas de treinamento, papel, caneta; computadores.

Vigilância

Objetivo

Não aumentar mais do que 11 % a despesa anual com a prestação de serviços de vigilância

Série Histórica/prospecção até 2017

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015	2016	2017
VIGILÂNCIA				
GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	R\$	2.003.325,60	2.223.499,44	2.929.896,41
QVAB – Quantidade de postos de vigilância armada	Postos	24	24	24
GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	R\$	1.720.737,51	1.910.283,90	2.288.650,53
QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada	Postos	19	19	19
GVT – Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	R\$	3.724.063,11	4.133.783,34	5.218.546,94

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
15	Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância	Limitar a expansão dos gastos em 11% ao ano					NULS	ANUAL
		-	11%	11%	11%	11%		
Fórmula		$(1 - (\text{Gasto Total} / \text{Gasto Total no ano anterior})) * 100$ <i>Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com serviços de segurança</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com serviços de segurança.								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
16	Total de postos de serviços de vigilância	Adequar o número de postos de vigilância até 2018 e manter o número de postos até 2020					NULS	ANUAL
		43	43	45	45	45		
Fórmula		<i>Postos Totais = Σ postos de serviços de segurança</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de postos de serviços de segurança (armada e desarmada).								

Ações

VIGILÂNCIA					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Revisar especificação dos contratos de segurança armada e desarmada	NULS	Em execução	Revisar o contrato de serviços de segurança; identificar adequação da força de trabalho e de postos de trabalho nos prédios do CNJ (segurança armada e desarmada); realocar força de trabalho.	Sem custos
2	Implantar os serviços de CFTV nas instalações do CNJ	NULS	A ser executado	Definir as especificações; Elaborar Estudos Preliminares e Termo de Referência; Realizar pesquisa de mercado; realizar licitação; contratar; acompanhar o contrato	R\$ 300.000,00 ¹
3	Implantar os serviços de Controle de Acesso nas instalações do CNJ ²	NULS	A ser executado	Definir as especificações; Elaborar Estudos Preliminares e Termo de Referência; Realizar pesquisa de mercado; Realizar licitação; contratar; acompanhar o contrato.	R\$ 300.000,00 ³

¹ Melhoria das rotinas de segurança, por meio do monitoramento de áreas estratégicas, verificando acessos indevidos com vistas a evitar danos ao patrimônio do CNJ.

² A contratação do objeto depende da finalização do Contrato n. 30/2014.

³ Melhoria das rotinas de segurança, impedindo a ocorrência de possíveis de acessos indevidos nas dependências do CNJ.

Veículos

Objetivo

Reduzir a despesa anual com veículos

Série Histórica/prospecção até 2017

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015	2016	2017
Veículos				
VG – Quantidade de veículos a gasolina	veículo	0	0	0
VEt – Quantidade de veículos a etanol	veículo	0	0	0
VF – Quantidade de veículos flex	veículo	32	32	32
VD – Quantidade de veículos a <i>diesel</i>	veículo	3	3	3
VGN – Quantidade de veículos a gás natural	veículo	0	0	0
VH – Quantidade de veículos híbridos	veículo	0	0	0
VEI – Quantidade de veículos elétricos	veículo	0	0	0
QVs – Quantidade de veículos de serviço	veículo	14	14	14
QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados	veículo	21	21	21
QTV – Quantidade total de veículos	veículo	35	35	35
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	R\$ 64.538,94	R\$ 49.915,03 ⁴	R\$ 50.000,00 ⁵
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	R\$ 3.518.644,57	R\$3.900.825,09	R\$ 4.876.031,37

⁴ No ano de 2016 foram firmados novos contratos e implementados controles mais eficientes nos serviços de manutenção, que permitiram a redução significativa do gasto total no referido ano.

⁵ A tendência natural é o aumento dos custos de manutenção dos veículos com o passar do tempo, haja vista o maior desgaste das peças.

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
17	Índice de racionalização de gastos com veículos	Não aumentar os gastos em mais do que 5% ao ano					NULS	ANUAL
		-%	5%	5%	5%	5%		
Fórmula		$(1 - (\text{Gasto Total} / \text{Gasto Total no ano anterior})) * 100$ <i>Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com veículos (aquisição⁶ e manutenção)</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com veículos (engloba manutenção e aquisição de peças).								

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
18	Índice de racionalização da frota de veículos ⁷	Reduzir a frota em 3% ao ano					NULS	ANUAL
		-%	3%	3%	3%	3%		
Fórmula		$(1 - (\text{Gasto Total} / \text{Gasto Total no ano anterior})) * 100$ <i>Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com veículos (aquisição⁸)</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com veículos (engloba manutenção e aquisição).								

⁷ A implementação do indicador depende de aprovação pela alta administração de novos modelos de gestão.

⁸ Não está prevista aquisição de veículos para o ano de 2017.

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
19	Total de postos de serviços de condução de veículos ⁹	Reduzir o número de postos de condução de veículos até 2020					NULS	ANUAL
		45	45	33	33	33		
Fórmula		<i>Postos Totais = Σ postos de condução de veículos atual – 12 postos até 2020</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de postos de serviços de condução de veículos.								

⁹ A implementação do indicador depende de aprovação pela alta administração de novos modelos de gestão.

Combustível

Objetivo

Reduzir a despesa anual com combustível (álcool, *diesel* e gasolina)

Série Histórica até 2016

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015 (TOTAL ANUAL)	2016 (TOTAL ANUAL)	2017 (ESTIMADO ANUAL)
Veículos				
Km – Quilometragem	Km	423.267	413.099 ¹⁰	410.000
Combustível				
CG – Consumo de gasolina	Gasolina	43.034,09	38.500,83	37345,80
CE – Consumo de etanol	Etanol	0	0	0
CD – Consumo de <i>diesel</i>	<i>Diesel</i>	4.457,33	3.376,38	3275,09
CGN – Consumo de gás natural	Gás	0	0	0

¹⁰ A partir da implantação de controles mais eficientes das manutenções dos veículos foi possível reduzir o consumo de combustível, fazendo que aumentássemos a autonomia em quilômetros rodados/litro de combustível. (De 8,91 km/L para 9,86 km/L)

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
20	Índice de racionalização de consumo com combustíveis	Reduzir o consumo total em 3% ao ano					NULS	ANUAL
		-	3%	3%	3%	3%		
Fórmula		$(1 - (\text{Consumo Total} / \text{Consumo Total no ano anterior})) * 100$ ou <i>Consumo Total = Σ em litros com combustíveis (álcool, gasolina e diesel)</i>						
Descrição do indicador:		mede o percentual de racionalização de gastos com consumo de combustíveis (álcool, gasolina e diesel).						

Ações (Veículos e Combustíveis)

VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	PRAZO	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Realizar levantamento de alternativas de transporte. 1) terceirização total (veículos, manutenção, funcionamento) 2) locações de veículos; 3) cooperativas de taxi	NULS	Em execução	Realizar estudo de viabilidade; elaborar plano; apresentar e aprovar; Sendo aprovado pela Alta administração: Definir as especificações; Elaborar Estudos Preliminares e Termo de Referência; Realizar pesquisa de mercado; Realizar licitação; Contratar; Acompanhar o contrato	Sem custos
2	Implantar sistema de manutenção preventiva	NULS	Em execução	Finalizar Licitação em conjunto com a PRF; Assinar contrato; Implementar sistema; Treinar os gestores.	380.000,00
3	Capacitar motorista para direção consciente visando à redução dos custos com manutenção de peças, mecânica e combustível	NULS	A ser executado	Avaliar permanentemente a condução dos motoristas; Buscar parcerias com a PRF, Detran-DF para realização de curso e palestras.	Não se aplica

Qualidade de Vida no Trabalho

Objetivo

Aumentar a adesão dos servidores nas ações de QVT no trabalho

Série Histórica até 1º semestre/2016

QUALIDADE DE VIDA	U.M.	2014	2015	2016
PQV – Participações em ações de qualidade de vida	Participante	0	154	603
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ação	0	8	20
PS – Participações em ações solidárias	Ação	0	0	0
AS – Quantidade de ações solidárias	Ação	0	0	0
Alnc – Ações de inclusão	Ação	0	1	0

Obs.: Em decorrência da realidade, estrutura funcional e orgânica do CNJ, a SGP sugere a junção de PQV + PS, bem como de AQV + AS + Alnc.

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
21	Índice de participação em ações de qualidade de vida no trabalho	Aumentar a quantidade total de servidores participantes de ações em QVT em 2% ao ano, até 2020					SGP	ANUAL
		-	81%	83%	85%	87%		
Fórmula		<i>(Quantidade de servidores que participaram de ações de qualidade de vida/total de servidores da instituição) x 100</i>						
Descrição do indicador: mede o percentual de servidores/colaboradores participantes nas ações de qualidade de vida no trabalho ((incluindo ações solidárias e de inclusão dos servidores com deficiência).								

Ações

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO					
ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Elaborar e implementar a política e o programa de qualidade de vida no trabalho	SGP	A ser executado	Visitas técnicas e <i>Benchmarking</i> ; levantamento documental e bibliográfico; formar comitê de QVT; Elaborar política; Elaborar programa; Aprovar; implantar; Monitorar; e avaliar.	Criar rubrica
2	Implementar o “Passaporte do Engajamento”	SGP	A ser executado	<i>Benchmarking</i> ; elaborar projeto em conjunto com o Comitê de QVT; Aprovar; implantar; monitorar e acompanhar; Realizar premiação no final do ano.	Criar rubrica

Capacitação Socioambiental

Objetivo

Capacitar o maior número de servidores para questões de Responsabilidade Socioambiental

Série Histórica até 1º semestre/2016

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	U.M	2014	2015	2016
ACap – Ações de capacitação e sensibilização	Ação	0	0	0
PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação	Participante	0	0	0

Indicador

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
22	Índice de participação em ações capacitação	Aumentar a quantidade total de servidores participantes de ações de capacitação em 25% até 2020.					SGP	ANUAL
		-	10%	15%	20%	25%		
Fórmula		<i>(Quantidade de servidores que participaram de ações de capacitação/total de servidores da instituição) x 100</i>						
Descrição do indicador:		mede o percentual de servidores/colaboradores participantes nas ações de capacitação.						

Ações

ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Promover campanhas e treinamentos (presencial ou online) específicos para temas atinentes à sustentabilidade	SGP e SCS	A ser executado	Elaborar plano de treinamentos e campanhas; Apresentar e aprovar o plano; Implementar o plano; Realizar palestras e campanhas educativas sobre consumo consciente de energia, água, produtos descartáveis, papel, impressão e coleta seletiva dos resíduos; Realizar cursos EAD sobre o tema; Divulgar boletins periodicamente na intranet sobre o tema.	Cursos, material promocional
2	Promover capacitação dos gestores responsáveis pela elaboração dos Termos de Referência para Compras sustentáveis	SGP	A ser executado	Realizar levantamento de necessidades de treinamento na área de contratações sustentáveis; Implementar o levantamento; Avaliar a efetividade do treinamento nas contratações realizadas.	Hora-aula dos ministrantes
3	Treinar os terceirizados sobre a coleta seletiva, destinando especialmente aos servidores da área de limpeza e serviços gerais	SGP	A ser executado	Promover cursos para o uso racional da água e coleta seletiva, utilização correta de produtos de limpeza, conservação e jardinagem.	Sem custos
4	Promover intercâmbio com outras instituições para a troca de conhecimento no tema responsabilidade socioambiental e sustentabilidade	SGP	A ser executado	Realizar levantamento de possíveis instituições parceiras; promover encontros, reuniões e eventos para troca de experiência; disseminar o conhecimento; Pactuar Acordo de Cooperação para parceria com outros órgãos em ações de capacitação.	Sem custos
5	Promover concursos e premiações para servidores e equipes	SGP	A ser executado	Elaborar projeto do concurso; divulgar; Realizar o concurso; premiar.	Prêmios

Energia Elétrica

Objetivo

Reduzir o consumo e os gastos anuais com energia elétrica

Série Histórica até outubro/2016

ENERGIA ELÉTRICA	U.M.	2014	2015	ATÉ OUT/ 2016
CE – Consumo de energia elétrica	kWh	1.113.271	1.314.940	1.331.786
CRE – Consumo relativo de energia elétrica	kWh/m ²	138,38	144,69	86,48
GE – Gasto com energia elétrica	R\$	436.464,60	796.230,78	900.716,41
GRE – Gasto relativo de energia elétrica	R\$/m ²	54,25	87,61	58,49

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
23	Índice de racionalização de gastos com energia elétrica	Reduzir o gasto total em 5% até 2020					SAD	MENSAL
		-	2%	1%	1%	1%		
Fórmula		$(1 - (\text{Gasto Total} / \text{Gasto Total no ano anterior})) * 100$ $\text{Gasto Total} = \sum \text{despesas em reais (R\$) com energia elétrica}$						
Descrição do indicador:		mede o percentual de racionalização de gastos de recursos com energia elétrica.						

Ações

ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas, uso do elevador e utilização de eletrodomésticos para propor adequações para redução de consumo de energia.	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	Em execução	Realizar diagnóstico e as adequações necessárias	Engenheiro Elétrico
2	Realizar as adequações identificadas no diagnóstico	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	A ser executado	Conforme diagnóstico	Conforme diagnóstico
3	Adequar a utilização de equipamentos de TI	DTI	A ser executado	Realizar levantamento, analisar, recolher, distribuir, trocar ou doar; configurar equipamentos de TI em modo de economia de energia	
4	Realizar <i>benchmarking</i> em outros órgãos para verificar possíveis práticas de racionalização de energia elétrica	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	A ser executado	Prospectar boas práticas em outros órgãos públicos sobre racionalização de energia elétrica ou energias alternativas; Realizar visitas técnicas/reuniões; analisar viabilidade de colocar em prática no CNJ; registrar e disseminar as boas práticas	Sem custos
5	Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente	Todas as unidades/SCS	Em execução	Sensibilizar os servidores por meio de campanha de uso consciente de energia elétrica para desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente.	Sem custos
6	Analisar o impacto de consumo de energia após a instalação dos novos elevadores no Bloco "B"	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	Em execução	Monitorar o uso dos elevadores e comparar o custo do consumo de energia	Sem custos

Água e Esgoto

Objetivo

Reduzir o consumo e os gastos anuais com água e esgoto

Série Histórica até novembro/2016

ÁGUA E ESGOTO	U.M.	2014	2015	ATÉ NOVEMBRO/2016
CA – Consumo de água	m ³	4.114	5.223	5.746
CRA – Consumo relativo de água	m ³ /m ²	0,51	0,57	0,37
GA – Gasto com água	R\$	73.337,29	106.769,98	128.931,44
GRA – Gasto relativo de água	R\$/m ²	9,12	11,75	8,22

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
24	Índice de racionalização de gastos com água e esgoto	Reduzir o gasto total com água e esgoto em 8% até 2020					SAD	MENSAL
		-	3%	2%	2%	1%		
Fórmula		$(1 - (\text{Gasto Total} / \text{Gasto Total no ano anterior})) * 100$ Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com água e esgoto						
Descrição do indicador:		mede o percentual de racionalização de gastos de recursos com água e esgoto.						

Ações

ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Implantar programa de manutenção preventiva para evitar vazamentos	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	Em execução	Elaborar, apresentar e executar	Contrato de manutenção predial
2	Fazer diagnóstico da situação das instalações hidráulicas, para propor adequações para redução do consumo de água	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	Em execução	Realizar diagnóstico e as adequações necessárias	Contrato de manutenção predial
3	Realizar as adequações identificadas no diagnóstico	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	A ser executado	Conforme diagnóstico	Conforme diagnóstico
4	Realizar <i>benchmarking</i> em outros órgãos para verificar possíveis práticas de racionalização de consumo de água	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	A ser executado	Prospectar boas práticas em outros órgãos públicos; realizar visitas técnicas/ reuniões; Analisar viabilidade de colocar em prática no CNJ; Registrar e disseminar as boas práticas.	Sem custos

Reformas e *Layout*

Objetivo

Reduzir os gastos anuais com reforma e mudança de *layout*

Série Histórica até novembro/2016

REFORMAS	U.M.	2014	2015	2016
GRB – Gastos com reformas no período-base	R\$	3.020.636,18	-	-
GRR – Gastos com reformas no período de referência	R\$	-	386.031,45	4.938.398,38
VGR – Variação dos gastos com reforma	%	-	13	163

Indicadores

N.	INDICADOR	METAS					RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
		2016	2017	2018	2019	2020		
25	Índice de racionalização de gastos com reformas	Reduzir o gasto total com gastos de reforma e layout em 80% até 2020					SAD	ANUAL
		-	50%	10%	10%	10%		
Fórmula		$(1 - (\text{Gasto Total} / \text{Gasto Total no ano anterior})) * 100$ $\text{Gasto Total} = \sum \text{despesas em reais (R\$) com reforma}$						
Descrição do indicador:		mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com reformas.						

Ações

ITEM	AÇÃO	ÁREAS RELACIONADAS	STATUS	ETAPAS (DETALHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES)	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Criar normativo para estabelecer regras de alteração de <i>layout</i>	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial) e SARQT (Seção de Arquitetura)	Em execução	Revisar regras; propor alterações possíveis; elaborar normativos; divulgar critérios	SEEMP e SARQT
2	Implantar ação preventiva para manutenção predial	SEEMP (Engenharia e Manutenção Predial)	Em execução	Levantamento; Elaboração do cronograma das atividades; Implantação das ações	SEEMP

ANEXO I

INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS / CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Geladeira tipo Frigobar, capacidade de 120 litros, cor branca, tensão 220V, marca Consul	Unidade	Exigência de Selo PROCEL	1	26/01/2010	R\$ 570,00	R\$ 670,00
				1	19/04/2010	R\$ 670,00	R\$ 670,00
				5	15/10/2010	R\$ 606,00	R\$ 3.030,00
				10	10/05/2012	R\$ 579,50	R\$ 5.795,00
2	Geladeira tipo Frigobar, capacidade de 120 litros, cor branca, tensão 220V, marca Eletrolux	Unidade	Exigência de Selo PROCEL	20	15/01/2014	R\$ 745,00	R\$ 14.900,00
3	Geladeira Tipo Residencial, capacidade 342 litros, Frost Free, Cor Branca, 220 V, Marca Consul	Unidade	Exigência de Selo PROCEL	2	06/06/2012	R\$ 1.140,00	R\$ 2.280,00
				1	18/12/2014	R\$ 1.398,99	R\$ 1.398,99
4	Estação de Trabalho em forma de L, em Aglomerado, cor Argila, dimensões 120x120x60x60x73cm, Marca Martinucci	Unidade	**Normas relativas à segurança e medicina do trabalho; **Normas da ABNT (NBR 13962, NBR 14111 e NBR 14113 – Móveis para Escritório); ** Normas relativas à Ergonomia – NR 17.	25	27/05/2010	R\$ 344,97	R\$ 8.624,25
				4	30/07/2010	R\$ 344,97	R\$ 1.379,88
				10	27/09/2010	R\$ 344,97	R\$ 3.449,70

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Estação de Trabalho em forma de L, em Aglomerado, cor Argila, dimensões 120x120x60x60x73cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	40	21/09/2011	R\$ 390,00	R\$ 15.600,00
				30	27/03/2012	R\$ 390,00	R\$ 11.700,00
				30	16/05/2012	R\$ 390,00	R\$ 11.700,00
				120	15/03/2013	R\$ 550,00	R\$ 66.000,00
				30	02/06/2014	R\$ 439,00	R\$ 13.170,00
				20	22/08/2014	R\$ 439,00	R\$ 8.780,00
				10	19/10/2016	R\$ 365,00	R\$ 3.650,00
6	Estação de Trabalho em forma de L, em Aglomerado, cor Argila, dimensões 120x120x60x60x73cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13961 **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	50	20/04/2016	R\$ 365,00	R\$ 18.250,00
7	Estação de Trabalho em forma de L, em Aglomerado, cor Argila, dimensões 140x140x60x60x73cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	20	01/08/2012	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00
				4	22/01/2014	R\$ 488,00	R\$ 1.952,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Mesa Auxiliar para Conexão, Cor Argila, Dimensões 0,60x0,60x0,73cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; ** Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	10	28/03/2011	R\$ 234,75	R\$ 2.347,50
				10	28/09/2011	R\$ 190,94	R\$ 1.909,40
				10	13/09/2012	R\$ 190,94	R\$ 1.909,40
				30	16/10/2012	R\$ 190,94	R\$ 5.728,20
				60	10/10/2013	R\$ 220,00	R\$ 13.200,00
				30	08/01/2014	R\$ 220,00	R\$ 6.600,00
				20	26/03/2014	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
9	Gaveteiro Volante	Unidade	**Normas relativas à segurança e medicina do trabalho; **Normas da ABNT (NBR 13962, NBR 14111 e NBR 14113 – Móveis para Escritório); ** Normas relativas à Ergonomia – NR 17.	30	28/03/2011	R\$ 333,26	R\$ 9.997,80
10	Gaveteiro Volante	Unidade	**Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	40	28/09/2011	R\$ 344,99	R\$ 13.799,60
				26	08/03/2012	R\$ 344,99	R\$ 8.969,74
				40	13/09/2012	344,99	R\$ 13.799,60

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Gaveteiro Volante	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13961; ** Certificado Florestal de Cadeia de Custódia.	101	10/10/2013	R\$ 300,00	R\$ 30.300,00
				20	08/01/2014	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
				30	06/05/2014	R\$ 300,00	R\$ 9.000,00
				20	09/06/2014	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
				50	20/04/2016	R\$ 300,00	R\$ 15.000,00
				15	19/10/2016	R\$ 300,00	R\$ 4.500,00
12	Mesa de Reunião, formato redondo, em madeira, dimensões 120x73cm.	Unidade	** Certificado Florestal de Cadeia de Custódia.	3	08/02/2012	R\$ 232,99	R\$ 698,97
13	Mesa de Reunião, formato redondo, em madeira, dimensões 120x73cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13961; ** Certificado Florestal de Cadeia de Custódia.	7	22/09/2014	R\$ 537,60	R\$ 3.763,20
14	Mesa de Reunião, formato oblongo, <i>design</i> de joe d'urso, base em tubo retangular, tampo em madeira, dimensões 240x122x72cm.	Unidade	** Certificado Florestal de Cadeia de Custódia.	2	01/08/2012	R\$ 1.185,60	R\$ 2.371,20

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Mesa de Reunião, formato oblongo, <i>design</i> de joe d'urso, base em tubo retangular, tampo em madeira, dimensões 240x122x72cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13961; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia.	1	22/09/2014	R\$ 1.285,10	R\$ 1.285,10
16	Mesa de Professor, em mdf, cor argila, com 2 gavetas, dimensões 120x75x74cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	2	10/10/2013	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00
17	Mesa para treinamento, com tampo em mdf, cor argila, dimensões 100x75x4cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	30	10/10/2013	R\$ 600,00	R\$ 18.000,00
18	Mesa de Reunião, formato retangular, base com tubos de aço, tampo em madeira, dimensões 300x120x72cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	1	22/09/2014	R\$ 1.178,70	R\$ 1.178,70
19	Mesa de Reunião, formato retangular, base com tubos de aço, tampo em madeira, dimensões 230x120x72cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	4	22/09/2014	R\$ 1.069,80	R\$ 4.279,20

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	Sofá de Recepção com 3 lugares, almofadas soltas e revestimento fixo, cor preta, estrutura tubular em aço inoxidável.	Unidade	Couro Ecológico	6	14/02/2013	R\$ 2.490,00	R\$ 14.940,00
				3	13/09/2013	R\$ 2.490,00	R\$ 7.470,00
				10	15/10/2014	R\$ 3.400,00	R\$ 34.000,00
21	Sofá de Recepção com 2 lugares, almofadas soltas e revestimento fixo, cor preta, estrutura tubular em aço inoxidável.	Unidade	Couro Ecológico	20	14/02/2013	R\$ 2.050,00	R\$ 41.000,00
				20	15/10/2014	R\$ 3.500,00	R\$ 70.000,00
22	Sofá de Recepção com 1 lugar, almofadas soltas e revestimento fixo, cor preta, estrutura tubular em aço inoxidável.	Unidade	Couro Ecológico	10	14/02/2013	R\$ 1.585,00	R\$ 15.850,00
				20	15/10/2014	R\$ 2.800,00	R\$ 56.000,00
23	Armário em madeira meia porta, com 4 prateleiras móveis e 1 fixa, cor cinza cristal, dimensões 90x40x210cm.	Unidade	**Normas relativas à a segurança e medicina do trabalho; **Normas da ABNT (NBR 13962, NBR 14111 e NBR 14113 – Móveis para Escritório); ** Normas relativas à Ergonomia – NR 17.	3	13/01/2011	R\$ 647,62	R\$ 1.942,86
				2	28/01/2011	R\$ 647,62	R\$ 1.295,24
				2	24/05/2011	R\$ 647,62	R\$ 1.295,24
				8	03/11/2011	R\$ 647,62	R\$ 5.180,96

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	Armário Alto, 2 portas, em madeira, com 4 prateleiras móveis e 1 fixa, 2 portas inteiras, cor cinza cristal, dimensões 90x40x210cm.	Unidade	**Normas relativas à a segurança e medicina do trabalho; **Normas da ABNT (NBR 13962, NBR 14111 e NBR 14113 – Móveis para Escritório); ** Normas relativas à Ergonomia – NR 17.	10	28/01/2011	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
25	Balcão em madeira, com prateleira móvel e 2 portas, cor cinza cristal, dimensões 90x40x90cm.	Unidade	**Normas relativas à a segurança e medicina do trabalho; **Normas da ABNT (NBR 13962, NBR 14111 e NBR 14113 – Móveis para Escritório); ** Normas relativas à Ergonomia – NR 17.	2	28/01/2011	R\$ 633,33	R\$ 1.266,66
				2	24/05/2011	R\$ 633,33	R\$ 1.266,66
				2	03/11/2011	R\$ 633,33	R\$ 1.266,66
26	Balcão em madeira, com prateleira móvel e 2 portas, cor cinza cristal, dimensões 90x40x90cm.	Unidade	**Certificado de Conformidade de Produto relativo à NBR da ABNT 13.961; **Laudo de atendimento/certificado de conformidade com a MTB/NR-17; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia.	4	24/10/2016	R\$ 1.129,50	R\$ 4.518,00
27	Painel divisório para estação de trabalho, em madeira, cor argila, dimensões 120x80x25cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	12	21/09/2011	R\$ 190,89	R\$ 2.290,68
28	Painel divisório para estação de trabalho, em madeira, cor argila, dimensões 140x80x25cm.	Unidade	** Certificado de Conformidade de Produto relativo às NBRs da ABNT: 13964, 13966, 13967 ou 14113; **Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	4	27/03/2012	R\$ 222,39	R\$ 889,56

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	Cadeira Fixa em metal, tipo mimi, com assento e encosto anatomicamente injetado em resina, cor preta.	Unidade	Laudo de conformidade com a ABNT 8094, corrosão por exposição à névoa salina.	30	26/07/2016	R\$ 204,00	R\$ 6.120,00
				20	20/10/2016	R\$ 204,00	R\$ 4.080,00
30	Poltrona giratória espaldar alto em tecido, com braço cor preta.	Unidade	**Normas relativas à a segurança e medicina do trabalho; **Normas da ABNT (NBR 13962, NBR 14111 e NBR 14113 – Móveis para Escritório); ** Normas relativas à Ergonomia – NR 17.	22	10/02/2011	R\$ 499,97	R\$ 10.999,34
31	Poltrona giratória espaldar alto em tecido, com braço cor preta.	Unidade	Certificado de conformidade de produto relativo à NBR da ABNT: 13962.	50	12/08/2011	R\$ 1.126,66	R\$ 56.333,00
				30	13/01/2012	R\$ 1.126,66	R\$ 33.799,80
				30	30/05/2012	R\$ 1.126,66	R\$ 33.799,80
				40	23/07/2012	R\$ 1.126,66	R\$ 45.066,40
32	Poltrona giratória espaldar alto em tecido, com braços fixos, cor preta.	Unidade	**Certificado de Conformidade relativo à ABNT-NBR 13962/2066; **Certificado de Conformidade relativo à MTB/NB-17 – Resolução CONFEA n. 437/99 de 29/11/99 – Art. 67 da lei 5.194	100	05/11/2013	R\$ 1.911,38	R\$ 191.138,00
				30	15/05/2014	R\$ 1.911,38	R\$ 57.341,40
33	Poltrona giratória espaldar alto em tecido, com braços fixos, cor preta.	Unidade	**Certificado de Conformidade relativo à ABNT-NBR 13962;	25	18/07/2013	R\$ 1.980,00	R\$ 49.500,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	Poltrona giratória espaldar alto em tecido, com braços fixos, cor preta.	Unidade	Apresentar certificado ou laudo comprovando o atendimento das normas referente à NBR 13962/2006, emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro. Apresentar parecer técnico emitido por profissional competente conforme definido no subitem 4.4 da NR4 atestando que o produto atende as exigências da NR 17 subitem 17.3.3. Apresentar laudo referente à NBR 8537:2003 emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro demonstrando que a densidade da espuma atende ao solicitado. Apresentar laudo referente à NBR 9178:2003 emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro demonstrando que a velocidade de queima média das espumas de poliuretano é de no máximo 100mm/min.	50	19/06/2015	R\$ 1.384,82	R\$ 69.241,00
				20	24/07/2015	R\$ 1.384,82	R\$ 27.696,40
35	Poltrona giratória espaldar alto em tecido, sem braço cor preta.	Unidade	Certificado de conformidade de produto relativo à NBR da ABNT: 13962.	28	23/07/2012	R\$ 875,00	R\$ 24.500,00
36	Poltrona giratória espaldar alto em tecido, sem braço cor preta.	Unidade	**Certificado de Conformidade relativo à ABNT-NBR 13962/2066; **Certificado de Conformidade relativo à MTB/NB-17 – Resolução CONFEA n. 437/99 de 29/11/99 – Art. 67 da lei 5.194	20	23/07/2012	R\$ 1.751,89	R\$ 35.037,80
				20	14/04/2014	R\$ 1.751,89	R\$ 35.037,80
37	Poltrona fixa espaldar médio, em tecido, interlocutor, com braço.	Unidade	Certificado de conformidade de produto relativo à NBR da ABNT: 13962.	40	08/10/2012	R\$ 850,00	R\$ 34.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	Poltrona fixa espaldar médio, em tecido, interlocutor, com braço.	Unidade	**Certificado de Conformidade relativo à ABNT-NBR 13962/2066; **Certificado de Conformidade relativo à MTB/NB-17 – Resolução CONFEA n. 437/99 de 29/11/99 – Art. 67 da lei 5.194	10	05/11/2013	R\$ 1.112,69	R\$ 11.126,90
39	Poltrona fixa espaldar médio, em tecido, interlocutor, com braço, prancheta.	Unidade	**Certificado de Conformidade relativo à ABNT-NBR 13962/2066; **Certificado de Conformidade relativo à MTB/NB-17 – Resolução CONFEA n. 437/99 de 29/11/99 – Art. 67 da lei 5.194	60	08/10/2012	R\$ 1.404,26	R\$ 84.255,60
40	Poltrona fixa espaldar médio, em tecido, com braço.	Unidade	**Certificado de Conformidade ABNT 13.962, emitido por uma OCP-Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO; **Laudo de conformidade com a ABNT 8094/1983 corrosão por exposição à névoa salina; **Laudo de conformidade NBR 8537 – Determinação da densidade da espuma; **Laudo de conformidade NBR 8797 – Determinação da deformação à compressão.	20	20/10/2016	R\$ 791,00	R\$ 15.820,00
41	Poltrona giratória espaldar médio com braços fixos, cor preta.	Unidade	**Certificado de Conformidade relativo à ABNT-NBR 13962;	25	18/07/2013	R\$ 1.755,00	R\$ 43.875,00
42	Poltrona giratória espaldar médio, com braços fixos, cor preta.	Unidade	**Certificado de Conformidade relativo à ABNT-NBR 13962/2066; **Certificado de Conformidade relativo à MTB/NB-17 – Resolução CONFEA n. 437/99 de 29/11/99 – Art. 67 da lei 5.194	50	05/11/2013	R\$ 1.754,38	R\$ 87.719,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
43	Poltrona giratória espaldar médio, com braços fixos, cor preta.	Unidade	Apresentar certificado ou laudo comprovando o atendimento das normas referente à NBR 13962/2006, emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro. Apresentar parecer técnico emitido por profissional competente conforme definido no subitem 4.4 da NR4 atestando que o produto atende as exigências da NR 17 subitem 17.3.3. Apresentar laudo referente à NBR 8537:2003 emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro demonstrando que a densidade da espuma atende ao solicitado. Apresentar laudo referente à NBR 9178:2003 emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro demonstrando que a velocidade de queima média das espumas de poliuretano é de no máximo 100mm/min.	10	19/06/2015	R\$ 809,78	R\$ 8.097,80
				40	24/07/2015	R\$ 809,78	R\$ 32.391,20
44	Poltrona Giratória espaldar alto em tecido, com suporte de braço regulável.	Unidade	Deverá possuir Certificado de Conformidade ABNT 13.962, emitido por uma OCP-Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO, devendo ser observado o item 6.2 do TR; Laudo de conformidade com a ABNT 8094 corrosão por exposição à névoa salina; Laudo de conformidade NBR 8537 – Determinação da densidade da espuma; e Laudo de conformidade NBR 8797 – Determinação da deformação à compressão.	15	15/07/2016	R\$ 1.065,00	R\$ 15.975,00
				35	20/10/2016	R\$ 1.065,00	R\$ 37.275,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
45	Poltrona Giratória espaldar alto em tela (Chefia), com suporte de braço regulável.	Unidade	Deverá possuir Certificado de Conformidade ABNT 13.962, emitido por uma OCP-Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO, devendo ser observado o item 6.2 do TR; Laudo de conformidade com a ABNT 8094 corrosão por exposição à névoa salina; Laudo de conformidade NBR 8537 – Determinação da densidade da espuma; e Laudo de conformidade NBR 8797 – Determinação da deformação à compressão.	15	20/10/2016	R\$ 2.612,00	R\$ 39.180,00
46	Cabideiro de coluna em madeira.	Unidade	**Certificado Florestal de Cadeia de Custódia emitido pelo fabricante da madeira utilizada nos produtos.	25	19/09/2013	R\$ 335,00	R\$ 8.375,00
47	Condicionador de ar tipo Split high-wall, capacidade de 24.000 BTUs, Samsung.	Unidade	**As máquinas devem apresentar um coeficiente de eficiência energética acima de 3,20 W/W;	14	14/07/2014	R\$ 2.813,00	R\$ 39.382,00
			**Os equipamentos deverão possuir eficiência energética, funcionar com baixo consumo de energia, possuir certificação de procedência de produtos e deverão ser constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da ABNT.	16	05/09/2014	R\$ 2.813,00	R\$ 45.008,00
			**A exigência dos requisitos acima visam promover o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental com a compra de equipamentos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus equivalentes.	5	21/11/2014	R\$ 2.813,00	R\$ 14.065,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
48	Condicionador de ar tipo Split high-wall Inverter, capacidade de 30.000 BTUs.	Unidade	<p>**As máquinas devem apresentar um coeficiente de eficiência energética acima de 3,20 W/W;</p> <p>**Os equipamentos deverão possuir eficiência energética, funcionar com baixo consumo de energia, possuir certificação de procedência de produtos e deverão ser constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da ABNT.</p> <p>**A exigência dos requisitos acima visam promover o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental com a compra de equipamentos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus equivalentes.</p>	2	08/09/2014	R\$ 5.364,00	R\$ 10.728,00
				10	24/11/2014	R\$ 5.364,00	R\$ 53.640,00
				8	21/01/2015	R\$ 5.364,00	R\$ 42.912,00
49	Condicionador de ar tipo Split high-wall, capacidade de 18.000 BTUs.	Unidade	<p>**As máquinas devem apresentar um coeficiente de eficiência energética acima de 3,20 W/W;</p> <p>**Os equipamentos deverão possuir eficiência energética, funcionar com baixo consumo de energia, possuir certificação de procedência de produtos e deverão ser constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da ABNT.</p> <p>**A exigência dos requisitos acima visam promover o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental com a compra de equipamentos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus equivalentes.</p>	30	31/10/2014	R\$ 2.245,00	R\$ 67.350,00
				3	15/05/2015	R\$ 2.245,00	R\$ 6.735,00
				2	18/06/2015	R\$ 2.245,00	R\$ 4.490,00
				11	21/10/2016	R\$ 3.939,00	R\$ 43.329,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	U.M	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	QTD.	ENTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
50	Condicionador de ar tipo Split high-wall, capacidade de 12.000 BTUs.	Unidade	<p>**As máquinas devem apresentar um coeficiente de eficiência energética acima de 3,20 W/W;</p> <p>**Os equipamentos deverão possuir eficiência energética, funcionar com baixo consumo de energia, possuir certificação de procedência de produtos e deverão ser constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da ABNT.</p> <p>**A exigência dos requisitos acima visam promover o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental com a compra de equipamentos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus equivalentes.</p>	20	28/05/2015	R\$ 1.716,67	R\$ 34.333,40
				1	31/08/2015	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
51	Purificador de água, 2 torneiras, everest.	Unidade	<p>**Certificação INMETRO quanto à segurança elétrica e mecânica do equipamento;</p> <p>**Certificação INMETRO quanto à saúde, conforme NBR 14.908/2004:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eficiência na redução de cloro livre – Classe I (no mínimo, 75%); • Eficiência na retenção de partículas – Classe I, II ou III (partículas menores que 30 micra). 	10	05/08/2016	R\$ 1.254,00	R\$ 12.540,00
				10	16/09/2016	R\$ 1.254,00	R\$ 12.540,00

www.cnj.jus.br